

EDITORIAL

MUNDIALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E RESISTÊNCIA POPULAR

A ocupação da América pelos europeus foi um fator determinante tanto na constituição do sistema de economia-mundo quanto na configuração da atual hegemonia dos países centrais.

A ocupação da América transcorreu lentamente através de séculos e segundo as mais diversas formas, as quais combinaram de modo heteróclito e díspar relações de produção e forças produtivas. Em geral, esse processo desdobrou-se a partir de focos relativamente densos de investimentos de capitais que visavam a organização da exploração do trabalho escravo ou servil, com o objetivo de produzir valores de troca para as regiões metropolitanas, com base em espaços e produtos cambiantes no tempo: ouro e prata na América hispânica; algodão e fumo nos EUA; açúcar nas Antilhas; açúcar, ouro e diamantes no Brasil, dentre outros.

Subsidiariamente aos núcleos econômicos mais dinâmicos, emergiram amiúde áreas de baixo nível de investimentos, organizadas para a exploração de trabalho dependente, com frequência sob formas servil ou semilivre visando a produção de bens de consumo coloniais ou de baixo valor agregado inclusive para a exportação.

Nos espaços nos quais não havia praticamente nenhuma atração para o investimento imediato e direto de capitais, os poderes metropolitanos estimularam moderadamente, em certos casos, por razões geopolíticas ou outras, o estabelecimento de unidades econômicas de trabalho familiar autônomo que vieram a constituir inicialmente zonas econômicas relativamente autárquicas.

Nessas últimas áreas, não imediatamente subsumidas aos interesses mais imediatos da geopolítica metropolitana e do capital, emergiram formas de desenvolvimento econômico e social que se diferenciaram do típico padrão de exploração colonial. Numa região compreendida por territórios do Paraguai, Brasil e Argentina (*misiones*), por exemplo, a ausência de uma atividade mercantil mais agressiva levou um segmento da Igreja a implantar um projeto de colonização que se apoiava numa modalidade *amigável* de exploração do trabalho indígena. Este projeto colocou-se em rota de colisão com os interesses coloniais dominantes e acabou sendo reprimido. Entretanto, esse fato é

evocativo de um Paraguai que, antes de sofrer a intervenção estrangeira e de sua própria burguesia emergente, exportadora de produtos primários, chegou a desenvolver perspectivas de desenvolvimento autônomo (FIGUEREDO). Destino muito diferente teve a zona econômica relativamente independente dos EUA, caracterizada pelo empreendimento familiar, e que constituiu o esteio originário de desenvolvimento econômico daquele país.

O colonialismo foi um dos arcabouços da expansão do capital. Quando as primeiras colônias começaram a decretar sua independência, constituindo-se em Estados nacionais autônomos, as potências centrais encetaram um movimento de neocolonialismo que incidiu, sobretudo, em Regiões da África e Ásia. O neocolonialismo apenas foi superado após a Segunda Guerra. Entretanto, os novos Estados-nações transitaram do estatuto de colônias para o de países periféricos subdesenvolvidos e dependentes, os quais se notabilizam por um amplo espectro de problemas: devastação da natureza, pobreza massiva, instabilidade política, incapacidade de crescimento econômico autosustentado de base tecnológica, dentre outros.

Após a Segunda Guerra, o capitalismo passou por um período notável de crescimento em âmbito mundial. Nos países centrais desenvolveram-se as políticas de bem-estar social que representaram significativas melhorias nas condições de vida das massas trabalhadoras. Nos países periféricos, políticas assemelhadas, populistas, propiciaram certo desenvolvimento econômico e algumas melhorias sociais de caráter popular.

Numa palavra, o capital e o capitalismo expandiram-se generalizadamente às custas do retraimento ou supressão de outras formas de organização do trabalho, como, por exemplo, a pequena exploração agrária, o artesanato, e a produção comunitária, dentre outras. A derrocada dos países socialistas pode ser considerada como um corolário desse movimento, uma vez que importantes restrições geopolíticas ao desenvolvimento universal do capitalismo desapareceram.

Após os anos de 1970, a implementação das políticas neoliberais pode ser vista como um aprofundamento da mercantilização generalizada da vida social. Setores estatizados que apresentavam um caráter de serviço público foram privatizados e imediatamente submetidos à lei de produção mercantil. Dentre esses podemos mencionar políticas de desenvolvimento da educação privada e a privatização de serviços

públicos, como, por exemplo, o de fornecimento de água à população. A educação privada é fortemente incentivada pelos poderes constituídos. E a educação pública é submetida a políticas de racionalização administrativa que induzem a medidas obsessivas de diminuição dos custos (REIS).

O caso da água reveste um caráter dramático. Recentemente na cidade de Cochabamba, na Bolívia, travou-se a denominada *guerra da água* que resultou em uma verdadeira rebelião das populações pobres que se viram sem condições de adquiri-la. Privatizações dessa mesma natureza ocorreram em outros países da América Latina, como na Argentina e no Uruguai (ACHKAR; DOMINGUEZ; PESCE).

O neoliberalismo apresenta-se como um projeto sócio-econômico que não deixa margem a alternativas. No entanto, as populações começaram a resistir a esse modelo organizando-se para tentar reverter privatizações e outras medidas.

Dessa forma, várias atividades inovadoras estão sendo fomentadas pela resistência popular. Nesse processo surgem as organizações econômicas de trabalho associado as quais muitas vezes erigem-se sobre o aproveitamento de formas de trabalho consideradas remanescentes, como, por exemplo, a pequena exploração agrária familiar no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, ou no Movimento Zapatista, no México. Nesse sentido, formas de organização econômica que são consideradas *arcaicas* pelo neoliberalismo podem apresentar um novo potencial de desenvolvimento (HERNANDEZ).

Nos países centrais, a concentração de riqueza somada às políticas de bem-estar social e à democracia política representativa, bem como a maior participação das massas no processo político, propiciaram interpretações de que essas sociedades atingiram um estágio superior e permanente de funcionamento democrático (DIAS). Entretanto, a ação nefasta do neoliberalismo também está presente nos Estados centrais, ainda que a capacidade de resistência das massas trabalhadoras seja maior nessas regiões do mundo. Em decorrência dessa política, encontra-se em curso nesses países a erosão do sistema de bem-estar social, desemprego crescente e precarização do mercado de trabalho.

As recentes revoltas populares nos bairros da periferia de Paris foram amplamente divulgadas pela mídia e interpretadas pelos intelectuais liberais como sendo problemas específicos dos descendentes dos imigrantes da França. Porém, do nosso ponto de vista, as manifestações podem ser mais bem compreendidas como exigências de

cumprimento das consignas igualdade, liberdade e fraternidade, da Revolução Francesa. Consignas estas que nunca foram cabalmente realizadas pela burguesia, inclusive segundo a sua própria restritiva concepção, e que agora estão sendo praticamente descartadas pelo neoliberalismo.

Candido Giraldez Vieitez
Neusa Maria Dal Ri
Editores